

## A METAFÍSICA DE ARISTÓTELES E O CONCEITO DE *OUSIA*: NOTAS SOBRE O PRINCÍPIO DE NÃO-CONTRADIÇÃO

*OUSIA* IN ARISTOTLE'S METAPHYSICS:  
EXAMINING THE FOUNDATION OF NON-CONTRADICTION

Rafael Batista Dias<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo realiza uma investigação sistemática da Metafísica de Aristóteles, com especial atenção ao conceito de "*ousia*" (substância) e ao Princípio de Não-Contradição (PNC), pilares fundamentais da chamada "filosofia primeira". O estudo traça o desenvolvimento orgânico da "ciência buscada" pelo Estagirita, partindo da etiologia (análise das causas primeiras) até a ontologia (exame do ser enquanto ser), passando pela ousiologia (doutrina da substância) e alcançando seu ápice na teologia (investigação do divino como causa primeira). Particular ênfase é dada à função unificadora da ousia, que permite conciliar a aparente multiplicidade do ser com sua unidade fundamental. O artigo sustenta que o PNC transcende sua formulação como mero axioma lógico, revelando-se como condição transcendental para qualquer discurso significativo e para a própria possibilidade da investigação metafísica. A análise detida da refutação aristotélica do ceticismo por retorsão (Γ4) evidencia como a negação do PNC acaba por pressupô-lo, confirmando assim seu status de princípio primeiro indemonstrável. O trabalho dialoga criticamente com interpretações contemporâneas, incluindo as perspectivas de Barnes (sobre a unidade da Metafísica) e Zingano (quanto à natureza da prova elêntica), abordando questões cruciais como a coerência interna da obra e o estatuto epistemológico da substância. A conclusão reafirma a perene atualidade do pensamento aristotélico, destacando como a articulação entre o ser determinado (*ousia*) e a impossibilidade lógica da contradição (PNC) constitui os alicerces do pensamento racional ocidental. Através de rigorosa exegese textual e análise filosófica, o estudo demonstra como a Metafísica se configura como obra seminal que integra de maneira original ontologia, lógica e teologia na busca compreensiva pelas causas últimas da realidade. A pesquisa ainda aponta direções para investigações futuras sobre a relação entre o PNC e a teoria da predicação no *corpus aristotelicum*.

**Palavras-chave:** Aristóteles, Metafísica, *Ousia*, Princípio de Não-Contradição, Etiologia.

**Abstract:** This article conducts a systematic investigation of Aristotle's *Metaphysics*, with particular focus on the concept of *ousia* (substance) and the Principle of Non-Contradiction (PNC) as foundational pillars of "first philosophy." The study traces the organic development of Aristotle's "sought-after science," progressing from etiology (analysis of first causes) to ontology (examination of being *qua* being), through ousiology (the doctrine of substance), and culminating in theology (the

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor efetivo em Filosofia da Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (SED-MS). E-mail: diarafael@gmail.com.

study of the divine as first cause). Special emphasis is placed on the unifying role of *ousia*, which reconciles the apparent multiplicity of being with its fundamental unity. The paper argues that the PNC transcends its formulation as a mere logical axiom, revealing itself as a transcendental condition for any meaningful discourse and for the very possibility of metaphysical inquiry. A detailed analysis of Aristotle's refutation of skepticism through retorsion ( $\Gamma 4$ ) demonstrates how denying the PNC inevitably presupposes it, thereby confirming its status as an indemonstrable first principle. The work engages critically with contemporary interpretations, including Barnes' perspective on the unity of the *Metaphysics* and Zingano's account of the elenctic proof, addressing crucial questions about the work's internal coherence and the epistemological status of substance. The conclusion reaffirms the enduring relevance of Aristotelian thought, highlighting how the interplay between determinate being (*ousia*) and the logical impossibility of contradiction (PNC) constitutes the foundation of Western rational thought. Through rigorous textual exegesis and philosophical analysis, the study demonstrates how the *Metaphysics* emerges as a seminal work that originally integrates ontology, logic, and theology in the comprehensive pursuit of reality's ultimate causes. The research also suggests directions for future investigations into the relationship between the PNC and Aristotle's theory of predication across his corpus.

**Keywords:** Aristotle, Metaphysics, Ousia, Principle of Non-Contradiction, Etiology.

## INTRODUÇÃO

A metafísica de Aristóteles, complexa em seus feixes de análise, engendra várias questões de cunho epistemológico. Ao postular a tese de uma nova ciência, a de uma “sabedoria a respeito de certos princípios e causas” (A 1 982a1), o pensador grego funda um novo tipo de arcabouço teórico, por assim dizer, uma vertente particular e puramente filosófica, com objeto, metodologia e finalidade distintos e organizados de forma inédita até ali. Ele, enquanto filósofo do período de declínio da civilização helenística, ao que indica em seus textos esotéricos, trabalha com novos sentidos e significados sobre o mundo fenomênico posto ao seu redor de modo a concatenar e organizar o controverso caos da realidade.

Não é difícil supor, dessa forma, que a racionalidade vai ser um fator crucial nesta “virada” do pensamento ocidental de então, numa tentativa que Aristóteles vai colocar de explicar a exterioridade de maneira coesa e clara – para alguns comentadores, até do modo transcendental ou místico. Não à toa, a ideia de unidade é evocada nesta nova ciência. Como enfatiza um de seus maiores comentadores, a “unidade ou unicidade é esse traço, uma vez que tudo – tudo o que existe, é uma coisa” (BARNES, 2009, p. 108). Estamos, portanto, inseridos dentro de uma proposta universalista, capaz de abarcar o todo em um grão.

Mas como conhecer o tudo? É possível apreender toda a realidade, tarefa fracassada pelos eleatas? Se sim, quem seria capaz de abarcá-lo e sintetizá-lo, superando a decadência (ou a incompletude) do conhecimento e do legado produzidos até então, ali por volta do

Século IV a.C. Para Aristóteles, o empreendimento e o esforço intelectuais não seriam apenas factíveis como traduziriam, por excelência, uma das características inatas do homem que é pensar além e dentro de suas limitações físicas. Assim sendo, a obra *Metafísica*<sup>2</sup> é um elogio à razão humana.

Tomando este ponto de partida, o de que o ser humano é um ente cognoscível e cognoscente, ou seja, dotado de um potencial cognitivo pouco explorado até ali, Aristóteles começa a destrinchar, lentamente, a sua teoria a partir de Alfa Maior, recorte introdutório do livro *Metafísica*. “Todos os homens propendem ao saber”, na tradução de Angioni, ou “todo homem quer conhecer a natureza como ela é”, conforme outros tradutores também interpretam a famosa máxima aristotélica, é a máxima que enseja esse tipo de fagulha de um novo conhecimento inaugurado a partir dessa época.

A razão adquire, aqui, *status* de primazia teórica, de forma tal a não ser dissociada da prática. Segundo o pensamento aristotélico, conhecer cientificamente algo significa conhecer suas causas. Trata-se de um tipo de reflexão especial que é articulado pelo homem, não em torno de uma realidade específica ou de um ente, mas em relação a um todo. Assim, o homem atinge sua “*phronesis*”, conceito que diz respeito à sabedoria prática ou prudência, virtude máxima do ser humano, como é descrita em *Ética a Nicômaco* (Livro VI). A partir da observação científica sobre o mundo real, o ser humano tem acesso ao conhecimento das causas que o tornam quem ele é.

É importante ressaltar que a primazia da razão ocorre não em detrimento do sensível. Aristóteles, em Alfa Maior, ao discorrer sobre a etiologia da “ciência buscada” – aquela que, segundo o filósofo grego, opera na busca das causas do ser e do todo enquanto assim os são – cria uma espécie de escala do conhecimento científico, na qual a percepção do mundo exterior é condição para a obtenção da verdade. É por meio dos cinco sentidos, sobretudo da visão (há uma defesa do “ver” como o mais fidedigno em seu caráter testemunhal, por captar as cores e denotar diferenças do mundo fenomênico), que podemos operar a ação e engendrar a simples capacidade de descrição do real.

Na continuação dessa escala, como uma progressão rumo ao topo, aparecem, em segundo lugar, a memória e a imaginação, no que concernem à possibilidade de reter o que a

---

<sup>2</sup> Os textos esotéricos, bem como os exotéricos, compõem o *corpus* aristotélico que chegou até historiadores séculos depois. Sabe-se que a ciência buscada, chamada assim por Aristóteles, foi depois compilada e reorganizada sob o título *Metafísica* por Andrônico de Rodes, por volta do ano 60 a. C., a partir de fragmentos esotéricos deixados pelo pensador grego. Portanto, o nome *Metafísica* é uma formulação editorial, e não do autor.

sensibilidade forneceu ao ser vivente. Aqui o ente da razão ganha um destaque por ter a capacidade de reconhecer a multiplicidade do sensível, ou seja, sintetizar diversas referências semelhantes a uma só unidade mental. Em seguida, vem a experiência, domínio que corresponde à repetição de fenômenos que possuem determinado antecedente causal, capaz de criar um nexos também causal, como, por exemplo, antecipar uma tempestade por já ter presenciado a formação próxima de nuvens *cumulonimbus*. No entanto, esse tipo de vivência ainda não seria um conhecimento em si.

Já a técnica ou a arte (no grego, *tékhne*<sup>3</sup>), inauguraria uma fase de conhecimento fundamentada em hipóteses gerais, com uma característica peculiar: com vistas à produção de um artefato material ou externo. Nesse âmbito, estariam enquadradas a medicina (na cura de um paciente de câncer), a engenharia (na construção de uma ponte), a arquitetura etc. – todas inscritas em um conhecimento do tipo causal. Em último grau, dividindo a preocupação de um tipo de natureza causal, estaria a ciência para Aristóteles. Todavia, sua predisposição tem outro viés, não-final, tampouco material – o conhecimento científico por excelência volta-se para si próprio e para o mundo em si mesmo, de modo que não se separa ontologicamente da realidade por meio de artefatos. Desse modo, assim como a sensação e a experiência, a razão científica também é um dos fatores determinantes para o desenvolvimento de uma “ciência buscada” ou de uma “ciência primeira”, à qual se interpõe um novo tipo de desafio.

Este artigo tem como objetivo adentrar nas filigranas da “filosofia primeira”, como assim descrevia Aristóteles, e destacar os pressupostos para a construção de uma “ciência buscada”, alicerçado sobre o conceito de “*ousia*” (substância). Na parte final, pretende-se colocar, em parte, as discussões do filósofo grego com os sofistas em torno do princípio da

---

<sup>3</sup> De acordo com Colonnelli (2009), o conceito de *tékhne*, em grego, reunia uma acepção mais ampla que a simples palavra “técnica” nos dias de hoje. Assim ele explicita: “gravitavam em torno do significado de ‘*poiesis*’. Além disso, podem-se observar outros valores significativos nos derivados de *tékhne*, como um substantivo abstrato resultante em *-μα* que é *tékhnema*, cujo significado é obra de arte ou trabalho feito com arte, mas não há nenhum substantivo abstrato com o sufixo *-σις*, reafirmando assim a posição de *poiesis* como o nome da atividade artística. Com efeito, para se restituir um valor aproximado da palavra *tékhne*, será preciso tomá-la a partir de uma matriz de semântica que esteja em torno desses significados acima, pois arte ou técnica isoladas não satisfazem semanticamente para uma boa noção do termo *tékhne*; contudo, mesmo que ainda não haja algum termo que corresponda ou abarque todo sentido de *tékhne* em português, esse fato não nos causa maiores problemas, se traduzirmos por um termo geral, ambíguo. Entretanto, se a ambiguidade de alguma palavra pode resolver o problema da polissemia de *tékhne*, parece que o termo arte corresponde à solução adequada, pois ele pode suprir em grande parte a dificuldade semântica das passagens analisadas onde figura o termo *tékhne*. É ainda necessário compreender que, para os gregos antigos, toda arte envolvia a técnica, e, ao vincularmos a técnica à arte, pode-se, assim, satisfazer o núcleo semântico do termo, embora empregando, quando o termo arte não satisfizer ao significado contextual, outro termo mais apropriado”. Ver COLONNELLI, 2009, pp. 40-41.

não-contradição (PNC), como forma de elucidar o processo histórico de consolidação do pensamento lógico aristotélico. Começemos, então, pela ideia de substância.

## 1. OS PRESSUPOSTOS DO SER E DA SUBSTÂNCIA

Na busca pela “ciência primeira”, “filosofia primeira” ou “ciência buscada” que Aristóteles discorre, de forma detalhada, em Alfa Maior (Livros I e II de *Metafísica*), o porquê de ela ocupar o ápice da hierarquia do conhecimento científico. Como observa Ross (1987), tal ciência se debruça sobre o “conhecimento mais profundo, daquilo que é mais difícil de conhecer, uma vez que seus objetos, sendo os mais universais, constituem aquilo que está mais distante dos sentidos” (ROSS, 1987, p. 161). Há, pois, um caráter de dificuldade no estudo da metafísica, uma vez que lida com coisas abstratas. É também a ciência mais exata, por se aproximar daquilo que é menos complexo e mais autossuficiente, o que depois Aristóteles irá denominar de substância como o primeiro motor imóvel de tudo o que existe (posteriormente no livro Gama II).

Além disso, a sabedoria da ciência primeira, tem, ainda, um aspecto de autoridade, na medida em que se detém sobre as causas primeiras de toda a realidade posta a nós. Ao aderir à missão hercúlea de conhecer o princípio e bem como o fim, de tal modo a constituir, na parte final do livro, uma teologia – ciência das causas e princípios das substâncias absolutamente primeiras – em termos de última perspectiva da *Metafísica*, Aristóteles coloca a razão humana num lugar mais próximo do divino.

É nesse sentido, em função de características como universalidade, dificuldade, exatidão, inutilidade prática e superioridade, que tal sabedoria também reposiciona o pensamento grego, conforme abordamos no começo deste texto. Profundamente teórica, a natureza da sapiência prescinde do contingente que há nas artes ou técnicas. A partir do objetivo, já citado acima, de que havia uma necessidade de ordenação do mundo sensível pelo racional, a causa primeira, sendo ela em si mesma universal e atrelada a apenas o essencial e necessário, é que ela ocupa um lugar superior a qualquer outra forma de pensamento. Para o comentador grego Alexandre de Afrodísia, do Século II d.C., há um pendor teológico nesta tese: a divindade seria a primeira causa de todas as coisas.

À parte de reflexões sobre a origem e a temporalidade dos textos aristotélicos sobre a “ciência primeira”, sabe-se, no entanto, a partir do original textual recuperado, ainda que

condensado em anotações, que essa “ciência primeira” não era um conhecimento causal qualquer. Apartada da restrição a um gênero, ela se coloca como o ápice do homem em sua sapiência. Em Alfa, Livro II, Aristóteles complementa que a física seria a filosofia segunda, na medida em que esta tenta dar conta do mundo fenomênico em suas relações estritas de causas imediatas, ou seja, na relação de forças entre os corpos. Abaixo nessa hierarquia, situa-se a matemática, que irá municiar a física no estudo e na observação material da realidade. Portanto, é precisa, embora fragmentária e concisa, a ideia de que a metafísica, ou a “ciência primeira”, ocupa um campo hierárquico superior e mais exigente para o estudioso que a ela se dedica.

Desse modo, por ser uma ciência universal e geral, ao contrário das demais ciências que recortam uma parte do todo e as dissecam, a metafísica tem um objeto singular: o ser. Mas como Aristóteles chega à conclusão de que o ser é a resposta de tudo? Barnes (2009), de forma bastante didática, esclarece que o ser é aqui entendido como “existir” e não como um ente ou outra coisa aparentemente fora da realidade. Estamos, portanto, diante de uma matéria sobre a matéria em si, não fora dela.

É interessante pensar esse movimento da metodologia aristotélica e seu estatuto. A rigor, Aristóteles é, de um ponto de vista filosófico, coerentemente realista. Assim como em outras abordagens teóricas suas, por exemplo no campo da ética e da retórica, ele usa a doxa (a opinião comum) como base para extrair suas conclusões ou reflexionar certas ideias dadas no plano do real. E, assim, é válido perceber que ele faz o mesmo na sua missão com a “ciência buscada”: seu objeto maior é a existência – não prosaica, desinteressada, mas racional, reflexionada. Assim, temos o excerto:

Há uma ciência que investiga o ente enquanto ente e os atributos que convêm a ele em virtude de sua própria natureza. Isso não é o mesmo que qualquer uma das chamadas ciências especiais; pois nenhuma delas lida de maneira geral o ente enquanto ente (ARISTÓTELES, Gama 1 1003a21)

Por meio desses atributos que tornam o ente um em si mesmo e igual a outros, ou seja, categorizável e lógico, Aristóteles constrói a perspectiva metafísica, que salta da etiologia (a ciência das causas e dos princípios absolutamente primeiros e universais) para a ontologia, que é a etiologia acrescida do estudo do ser enquanto ser. O devir do objeto será o objeto de estudo preciso e qualificado para se chegar a uma explicação lógica de todas as coisas. Usando o princípio da não-contradição (PNC) e os axiomas, ele organiza e sistematiza a ideia de unicidade ou unidade que compõe o mundo.



Nesta busca das causas primeiras, Aristóteles afirma que existem quatro tipos delas: a) a material, ou seja, do que o ente é feito; b) a eficiente, no que diz respeito à causa motor ou o movimento que gera ou move aquele ente; c) a formal, que se relaciona com a definição ou a essência da coisa em si; e d) a final, isto é, o *ergon* (função) de algo ou de alguém, ou para que isto serve. Esta é somente uma das formas categorizáveis em que se inscrevem a metafísica aristotélica. Embora nem todas possam ocorrer simultaneamente a um ente, tais descrições formam um escopo lógico que fundamenta a “ciência buscada”. E, assim, constituem um método complexo que explica o que há de mais universal.

Um dos desafios cruciais do campo da filosofia é apreender a multiplicidade originária da existência. Ciência de uma sabedoria racional, ela sempre buscou, historicamente, resumir o mundo sensível a um denominador comum explicável. No entanto, tal missão quase sempre incorreu em erros de concisão desmedida. Parmênides (o ente como um ser uno, imóvel, indivisível e ingênito), Anaxímenes de Mileto (o ar é a substância primeira de tudo o que existe no universo) e outros filósofos pré-socráticos falharam, ao entender o princípio das coisas de maneira incompleta, sem abarcar necessariamente questões minimamente elementares acerca das várias ocorrências fenomênicas que entendiam como a realidade em si mesma.

Fazendo uma espécie de revisão teórica, Aristóteles não apenas corrige seus predecessores, como avança no arcabouço filosófico em termos de categorizações do ser ou do existir. Conforme explicita o estagirita na introdução do capítulo 2 do Livro IV da Metafísica, “o ‘Ente’ se diz de muitas maneiras, mas em relação a algo único e a uma natureza única, isto é, não de maneira homônima, mas, assim como tudo que é saudável denomina-se desse modo em relação à saúde” (G 2 1003a 33). Dessa forma, define-se o ser não mais em um único elemento primordial, mas sob distintas maneiras que são atualizadas quantas vezes o ente assim se dispuser a ser.

O ser, nesse sentido aristotélico, não é unívoco como assim se apresenta aos eleatas. Ele é múltiplo e, por isso, pode ser dito de várias formas. Ou seja, não é errado dizer que existem diversos significados para o ser, de modo que nem a racionalidade humana poderia dar conta de todas elas individualmente em função da amplitude numérica do existir. Porém, em que pese a diversidade de coisas no mundo, todos os múltiplos remetem a um princípio unificador, o que para Aristóteles é a substância (“*ousia*”).

E aqui chegamos à definição do que é a “*ousia*”. É nessa relação do ser dividido entre o “múltiplo” e o “um”, aparentemente contraditória, que Aristóteles faz uma distinção fundamental entre o “ser por si” e o “ser por outro”, que se torna peça-chave para o estudo da metafísica: a ideia da substância. “Tudo que é ente assim se denomina em relação a um único princípio. De fato, certas coisas denominam-se entes porque são essências; outras, porque são afecções da essência” (G 2 1003a 33). O “ser por si” é, portanto, o ser no sentido mais puro, nuclear, para o qual convergem todos os outros entes; o ser do qual nada se pode dizer de diferente, senão que existe em si mesmo e que é a essência de tudo. Já o “ser por outro” diz respeito às partes, aos fragmentos, à separação da essência da existência; trata-se das variações, do ser em suas feições distintas. Enquanto o “ser por si” é a “*ousia*”, o “ser por outro” é o acidente. E, sendo nomeado assim, o “ser por outro” pode se desdobrar várias vezes, ocorrência à qual Aristóteles vai atribuir nove categorizações: quantidade, qualidade, paixão, ação, tempo, lugar, situação, relação e hábito. Todas essas categorias do ser são importantes para se entender a ontologia proposta pela doutrina aristotélica.

Sobre a competência que deve ser delegada a uma determinada ciência para a tarefa da investigação do ser enquanto ser, Aristóteles é muito enfático na introdução do capítulo 3 do Livro Gama, a partir da exegese de Angioni (2005):

É evidente que a investigação sobre eles compete a uma única ciência: a do filósofo; pois eles atribuem-se a todos os entes, e não peculiarmente a um gênero, à parte dos outros. E todos deles se utilizam, porque atribuem-se ao ente enquanto ente, e todo gênero é ente. No entanto, utilizam-se deles na exata medida em que lhes é suficiente, isto é, até onde se estende o gênero a respeito do qual apresentam suas demonstrações (ANGIONI, Gama 3 1005a19, 2005)

Neste excerto e adiante, o autor explica que cabe a ciências, como as matemáticas, debruçarem-se sobre as causas das coisas como elas são em seus fenômenos imediatos, isto é, em partes analisáveis e compreensíveis do todo. Mas não é próprio a elas entenderem a essência, porque seu objeto de estudo é a natureza, que em si é um fragmento da realidade (ou pelo menos a metodologia, usada pelos geômetras, aritméticos etc., é fragmentária em relação ao mundo natural). Já o filósofo toma, de partida, a essência; sua preocupação é com as causas primeiras e com aquelas causas que em nada se justapõem a outras, porque são absolutamente primeiras.



## 2. A CARACTERIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DE NÃO-CONTRADIÇÃO (PNC)

A partir do diálogo com as outras ciências, Aristóteles estabelece uma analogia na medida em que pressupõe um princípio formalizador, “a respeito do qual é impossível enganar-se” (G 3 1005b 17) e que, como tal, deve comportar-se como um axioma para a filosofia, assim como existem os axiomas para as matemáticas e para a física. Para isso, é muito importante que tal princípio seja acionado de forma automática a quem o tenta assimilar, para que não haja algum tipo de cláusula ou lei anterior com intuito de ampará-lo. Portanto, tal princípio mais firme de todos deve ser “o mais conhecido de todos” e, ainda, “não hipotético” (G 3 1005b 17).

Assim, Aristóteles elabora o Princípio de Não-Contradição (ou “PNC”, sigla adotada canonicamente pelos comentadores), que se refere, nada mais, à impossibilidade de o ente ser e, ao mesmo tempo, não-ser, pois aquilo que é o é, simplesmente; assim como o não-ser é aquilo que não é e jamais poderia vir a ser.

Pela visão aristotélica, um homem nunca pode ser e não ser, uma vez que ele não pode se contradizer sobre uma mesma coisa e ao mesmo tempo; ou seja, ele não pode ser o seu próprio contrário, sob pena de simplesmente deixar de existir. Tal axioma é uma resposta aos céticos, que eram contrários à determinação do sujeito ou do ente. Desse modo, colocava por terra a ideia de que o não-ser e o ser eram relativos, pois, se assim o fossem, tudo seria tudo, e não haveria distinções de nada. Uma cadeira, por exemplo, seria uma mesa, que seria um lápis, e assim por diante. Tudo seria reduzido a generalizações apressadas ao modo dos pirrônicos.

Tal princípio primeiro seria indemonstrável, já que é o absolutamente primeiro e, tal como a substância, nada se antepõe a ele. No entanto, ainda que o refutador se posicione à espera por uma prova do PNC, Aristóteles concede a demonstração pela refutação, o que alguns comentadores acreditam ser uma prova indireta, tema passível de discussão até hoje. A refutação funcionaria do seguinte modo: pelo método de redução ao absurdo, propõe-se a saída pela qual o cético teria de “apenas pronunciar algo com sentido” (G 4 1006a 11), de modo que, de maneira elementar, expusesse qualquer coisa concatenada e, assim, aceitasse participar da dialética socrática. Portanto, o autor nem exige nada muito complexo, tampouco que o interlocutor formule algo em torno da definição do ser ou do não-ser, o que cairia em um jogo cíclico da prova demonstrativa clássica. Mas, se o postulante disser algo

determinado, o ônus da prova passa a recair sobre ele mesmo, na medida em que se revela, nesse caso, o equívoco básico do ceticismo sobre o PNC.

Considerando ainda o PNC, o professor da USP Marco Zingano (2003) realiza, em “Notas sobre o princípio de não-contradição em Aristóteles”, uma defesa do argumento refutativo de Aristóteles, destacando a importância do termo “*to semainein hen*” (significar algo) para a estruturação de sua exposição. Fazendo uma divisão do livro *Metafísica* em dez partes (e não em 14 livros, pela divisão canônica), o exegeta irá focar sua tese na separação do essencialismo aristotélico da base da prova indireta do princípio de não-contradição, provando que o recurso usado por Aristóteles para desfazer o ataque cético é não somente válido, como o mais indicado para sustentar a firmeza lógica do princípio.

Zingano (2003) usa como argumento para sua tese a seguinte passagem do livro *Metafísica*, na qual Aristóteles desmonta a posição contraditória do refutador pela lógica simples:

Ao mesmo tempo, é evidente que a discussão contra ele não é a respeito de nada, pois ele nada diz. Com efeito, ele nem diz “assim”, nem “não assim”, mas “assim e não assim” e, de novo, nega ambos: “nem assim, nem não assim”. Caso contrário, já haveria algo definido (G 4 1008a27-34)

O discernimento sobre o “ser determinado” é um ponto necessário para o rompimento com o discurso cético, que define as coisas segundo a falta completa de diferença ou estabilidade, inclusive defendendo a afasia (silêncio consciente para retirada de juízo) e a apraxia (comportar-se de modo descoordenado, agindo na vida prática sem capacidade racional ou sensibilidade).

A finalidade de Zingano (2003) é comprovar que o PNC é uma prova refutativa, e não um método dialético de demonstração, já que o princípio em si é indemonstrável. Além disso, o comentador ressalta que o início do argumento de Aristóteles não é forçar que o refutador responda se “algo é” ou “não é”, mas, sim, que signifique qualquer coisa, evitando assim a petição de princípio. Como já afirmado acima, o PNC não depõe contra o argumento aristotélico, e, sim, joga o ônus da prova sobre a vacuidade da posição cética. Significar ou dizer algo determinado é uma condição básica para qualquer um que se preze a entrar em discordância contra algo. Assim, o professor da USP explicita a fraqueza do ceticismo frente à principal base da metafísica, que é o PNC. Portanto, fortalece o estudo do ser enquanto ser.

A análise de Zillig (2007) soma-se a Zingano, ao desvendar a estrutura formal da prova elêntica em  $\Gamma 4$ , destacando sua economia argumentativa: basta que o adversário "fale algo" (*to semainein hen*) para que a validade do PNC seja estabelecida. Como observa o autor, o núcleo da estratégia aristotélica reside em demonstrar que significar é delimitar – isto é, fixar um conteúdo determinado que exclui seu contrário. Essa delimitação, por si só, já implica a negação da contradição, pois um termo só pode significar algo se não significar, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, seu oposto.

Aristóteles evita, insiste Zillig (2007), qualquer petição de princípio, ao abstrair de compromissos metafísicos específicos (como o essencialismo da *ousía*). A prova não depende de uma teoria particular da realidade, mas da condição mínima de inteligibilidade: a distinção entre "dentro" e "fora" dos limites de um significado. Essa abordagem "negativa" permite que o PNC seja validado mesmo para um cético radical, pois sua negação exigiria, paradoxalmente, que ele violasse a própria noção de significação que seu discurso pressupõe. Contudo, Zillig (2007) não reduz o PNC a um mero princípio linguístico. Ao vincular a significação à predicação, ele mostra como o resultado elêntico prepara o terreno para a ontologia aristotélica. Se todo discurso significativo requer não-contradição, então a ciência do ser enquanto ser – que opera por predicções essenciais – herda essa condição como fundamento. Assim, a prova em  $\Gamma 4$ , embora independente do essencialismo em sua estrutura, abre caminho para sua aplicação metafísica.

Já Barnes (2009), na obra *Aristóteles*, em especial no capítulo 3 dedicado à *Metafísica*, tece críticas à obra-mor do pensador estagirita. Ele empreende uma reflexão minuciosa em torno da fragmentação filosófica e organizacional dos 14 livros reunidos por Andrônico de Rodes, aproximadamente em 60 a.C., defendendo que a unidade narrativa, além de ser arbitrária, expõe a grosseria de falhas temporais. Por serem fragmentos de textos esotéricos, redigidos com fins para uso dentro do Liceu, estes constituem mais uma “mixórdia”, segundo o autor, de diferentes teses em torno da metafísica, do que propriamente uma única linha de pensamento aristotélica acerca do tema. Como explicita no seguinte excerto: “A ciência dos princípios primeiros, o estudo do ser enquanto ser, teologia, investigação da substância – quatro descrições possíveis da mesma disciplina” (BARNES, 2009, p. 106).

Em que pese a fragmentação redacional-literária e algumas lacunas face à concisão textual, o exegeta inglês afirma existir uma progressão filosófica que tende a uma unidade, pelo menos em seus termos evocados e compartilhados, num diálogo que ele denomina como

“misterioso”. O comentador sustenta tal tese, ao expor o conteúdo de cada um dos 14 livros de *Metafísica*, reagrupando-os em quatro grandes eixos a título de didatismo. Ele extrapola a análise até a outros livros de Aristóteles, para demonstrar que a concatenação é insuficiente, se tomarmos como base apenas a organização canonizada por Andrônico. Por exemplo, se em Gama somos apresentados ao estudo do ser enquanto ser e em Teta, Eta e Zeta encontramos a ousiologia, o estudioso comenta que a teologia aristotélica está presente em Lambda e ainda na obra *Física*. Reconstruindo as conexões e desfazendo os erros históricos, o autor reorganiza o possível mapa de intenções teóricas do estagirita.

A finalidade da tese de Barnes (2009) é recompor a metafísica aristotélica, listando do seguinte modo: 1) o estudo das causas primeiras, ou etiologia; 2) o estudo do ser enquanto ser, ou a ontologia propriamente dita, em que fala de conceitos como unidade e acidente; 3) ousiologia, como a ciência das primeiras causas e princípios do principal modo do ser, a substância; 4) teologia, ciência das causas e princípios da substância absolutamente primeira. Estas teses ajudam a tornar mais claro e vívido o pensamento aristotélico sobre a essência e o seu complexo escopo teórico, prejudicado pelo erro clássico da classificação e pela perda dos escritos exotéricos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação empreendida ao longo deste artigo permitiu elucidar os fundamentos da *Metafísica* aristotélica, em especial sua relação intrínseca com o conceito de *ousia* e o Princípio de Não-Contradição (PNC). Como demonstrado, a "ciência buscada" por Aristóteles não se limita a uma mera catalogação causal, mas se estrutura como um sistema filosófico coeso, que parte da etiologia para alcançar a ontologia, passando pela ousiologia e culminando na teologia. Essa progressão não é acidental, mas reflete a própria arquitetura da realidade metafísica defendida, na qual o ser, em sua multiplicidade, remete sempre a um princípio unificador: a substância.

O PNC, por sua vez, revela-se como o alicerce lógico dessa construção. Mais do que um axioma indemonstrável, ele é a condição de possibilidade para qualquer discurso significativo, como bem evidenciou a refutação aristotélica aos céticos. Ao exigir que o interlocutor "signifique algo", Aristóteles não apenas expõe a vacuidade da posição

contraditória, mas reafirma a primazia do ser determinado – a *ousía* – como eixo central de sua metafísica. A defesa por retorsão, analisada em  $\Gamma$  4, não é um recurso dialético, e sim a confirmação de que o PNC é inescapável: negá-lo é, paradoxalmente, pressupô-lo.

Contudo, como apontam comentadores como Barnes, a unidade da *Metafísica* não está livre de desafios. A fragmentação textual e a diversidade de abordagens – ora etiológica, ora ontológica, ora teológica — podem sugerir uma obra multifacetada. No entanto, essa aparente dispersão dissolve-se, quando compreendemos que tais perspectivas são facetas de um mesmo projeto: a busca pelas causas e princípios do ser *enquanto* ser. Se a *ousía* é o núcleo que unifica a realidade, o PNC é o critério que garante sua inteligibilidade.

Assim, a metafísica aristotélica mantém sua atualidade não apenas como marco histórico, mas como empreendimento filosófico que ancora o pensamento ocidental. Ao articular substância, axiomas e não-contradição, Aristóteles não apenas superou as aporias eleatas e os relativismos sofísticos, mas legou à posteridade uma ferramenta indispensável para a reflexão sobre a realidade em si e para os outros: a certeza de que o ser é, e o ser não pode não ser. E é nessa simplicidade irreduzível que reside sua profundidade.

## REFERÊNCIAS

APHRODISIAS, Alexander. **On Aristotle's Metaphysics 2 & 3**. Translated by W. E. Dooley and Arthur Madigan. London: Duckworth, 1992.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. [Edición trilingüe por Valentín García Yebra]. Madrid, Gredos, 1998.

ARISTOTLE. **Metaphysics**. [A revised text with introduction and commentary by W. D. Ross]. 2 Vol., Oxford University Press, 1997.

ANGIONI, L. **Aristóteles, Metafísica, livros I, II, III e IV**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2005.

ANGIONI, L. “Princípio da não-contradição e semântica da predicação em Aristóteles”. In: **Analytica**, vol. 4, n. 2, 1999, p.121-158.

AQUINO, T. **Comentário à Metafísica de Aristóteles I-IV**. Vol. I. Campinas, Vide Editorial, 2016.

BARNES, J. “Metafísica”. In: Barnes, J. (ORG.): **Aristóteles**. São Paulo: Ideias e letras, 2009, pp. 103-153.

COLONNELLI, Marco. **Póiesis, tékhne e mímesis em Aristóteles**. João Pessoa: dissertação-UFPB, 2009. Digitado. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images\\_pdf\\_Marco.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_pdf_Marco.pdf). Acesso: 20 abr 2025.

REALE, G. **Aristóteles – Metafísica** (3 volumes: Ensaio introdutório, tradução e comentário). São Paulo, Loyola, 2001.

SANTOS, M. dos. **As aporias do livro B da Metafísica de Aristóteles**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, IFCH, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Porto Alegre, 2006.

ROSS, W. D. “Metafísica”. In: **Aristóteles**. Lisboa, Dom Quixote, 1987, pp.161-192.

ZILLIG, R. “Significação e não-contradição – O papel da noção de significação na defesa do princípio de não-contradição em Metafísica Γ4”. In: **Analytica**, vol. 11, n. 1, 2007, p.107-126.

ZINGANO, M. “A homonímia do ser e o projeto metafísico de Aristóteles”. In: **Dissertatio**, nº. 5, Pelotas, UFPel, 1997, p.5-31.

ZINGANO, M. “Notas sobre o princípio de não-contradição em Aristóteles”. In: **Cadernos de História da Filosofia da Ciência**, Campinas, Série 3, v. 13, n. 1, 2003, p. 7-32).